

Diário de Petrópolis, 05 de Junho de 2023

O Mundo Desenvolvido Está a Caminho de uma Crise Financeira? (Parte Final)

Por: Ronaldo Fiani

Vimos nos dois últimos artigos que a regulação do sistema financeiro foi desenvolvida após a Grande Depressão nos anos 1930, depois de as falências na indústria norte-americana terem provocado a insolvência de vários bancos que participavam destas empresas, em um típico efeito dominó que gerou uma profunda e duradoura depressão. Vimos também que, desde os anos 1990, estas limitações e os controles começaram a ser retirados, em nome de uma maior competitividade dos bancos norte-americanos no mercado global. Também na Europa tivemos um movimento de desregulação financeira, que se iniciou ainda nos anos 1980, com a suspensão dos controles sobre os fluxos de capital financeiro entre os países que participariam da União Europeia, e foi consolidada nos anos 1990, com a instituição do euro como moeda comum.

Nos últimos meses, os temores de uma nova crise financeira renasceram. Em um período muito curto, entre os dias 9 e 19 de março passado assistiu-se à crise e falência do SVB com sede em Santa Clara (Califórnia) nos Estados Unidos, o colapso do Signature Bank de Nova York e a aquisição emergencial do Credit Suisse pelo UBS, gigantes das finanças com sede na Suíça. O mundo desenvolvido está a caminho de uma crise financeira? Como mencionei nos artigos anteriores, não se trata aqui de fazer previsões, respondendo sim ou não à esta pergunta. Trata-se de identificar as possíveis vulnerabilidades que podem realmente nos empurrar para uma crise de grandes proporções. Estas

vulnerabilidades aumentaram muito com o desenvolvimentos dos chamados “bancos sombra” (do inglês shadow banking) nas últimas décadas.

O Que São os Bancos Sombra?

De uma forma geral, bancos sombra são instituições financeiras que não possuem as garantias de depósitos que os bancos comerciais (aqueles bancos em que eu e você temos conta corrente) possuem. Estas garantias (até um certo valor limite) foram criadas a partir da Grande Depressão dos anos 1930. Naquela crise, bancos que tinham participações ou tinham concedido empréstimos a empresas que faliam acabavam quebrando também, o que fazia com que os correntistas perdessem o dinheiro que possuíam em suas contas correntes. Isto estimulava corridas bancárias frequentemente provocadas por boatos, o que levava mais bancos à ruína, em um efeito em cadeia.

Para evitar estas corridas bancárias, os governos começaram a garantir depósitos nos bancos comerciais até determinados limites, normalmente muito elevados para os padrões de um correntista comum. Em contrapartida, os governos regulavam e supervisionavam estes bancos. Isto ajudou a reduzir muito a insegurança com relação ao sistema bancário, e eliminou as corridas bancárias como fator propagador de crises de grandes proporções.

Ocorre que os chamados bancos sombra, que compreendem instituições como os Money Market Mutual Funds dos Estados Unidos (que não têm equivalente no Brasil), Fundos de Investimento Imobiliário, Companhias de Securitização etc. (novos tipos não param de surgir, o que impossibilita apresentar listas exaustivas), não têm as aplicações de seus clientes garantias, nem são reguladas ou supervisionadas pelas autoridades bancárias, da mesma forma como acontece com os bancos comerciais.

Quais os Riscos dos Bancos Sombra?

Os bancos sombra estão fora da supervisão e regulação usuais. Daí resultam alguns riscos sérios. Um deles é a possibilidade de envolvimento em operações arriscadas, como aquelas com as bitcoins, uma vez que bancos sombra especializados em transações com este tipo de ativo também têm se multiplicado, como as Exchange de criptomoedas, plataformas digitais que oferecem operações com bitcoins.

Todavia, não apenas os bancos sombra especializados em bitcoins podem se envolver em operações arriscadas. Como os bancos sombra não oferecem garantias de suas aplicações, é de sua própria lógica buscar operações mais rentáveis, para compensar o aplicador pelo maior risco, o que acentua ainda mais o caráter arriscado de suas operações. Além disso, os bancos sombra tendem a operar com elevada alavancagem, isto é, com uma proporção elevada de recursos de terceiros, visando a aumentar os seus ganhos com um maior volume de operações, sem ser limitados pelos seus recursos próprios, o que também eleva sua vulnerabilidade.

Mas os problemas não param por aí. Os bancos sombra tendem a camuflar os problemas dos bancos comerciais tradicionais, na medida em que os bancos sombra adquirem créditos mais arriscados dos bancos comerciais, em troca de papéis que vendem para os bancos comerciais. Com isto perde-se de vista o fato de que aquele papel que está no ativo do banco comercial, na verdade está em última instância lastreado por ativos arriscados em um banco sombra.

Com este tipo de operação se multiplicando entre vários agentes do sistema financeiro, envolvendo uma variedade de papéis em transações cada vez mais complexas, cria-se uma teia impenetrável. O regulador, portanto, não apenas desconhece as relações que são tramadas no interior desta teia, mas, o que é mais grave e nos remete à epígrafe do artigo da semana passada, ele não tem

sequer noção de sua ignorância desta teia, acreditando que basta submeter os bancos comerciais a “testes de stress”.

Esta é a ignorância em ação, a que se refere a epígrafe deste artigo, e ela é assustadora.

Link para a matéria original:

<https://www.diariodepetropolis.com.br/integra/ronaldo-fiani-239969>